

GESTÃO FISCAL

Informativo

3º Quadrimestre de 2018



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

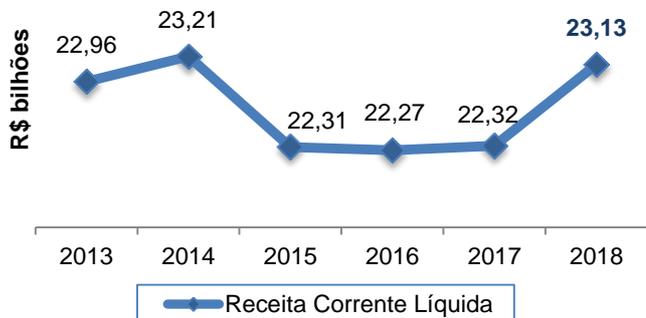
3º QUADRIMESTRE DE 2018

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2018 a dezembro/2018), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

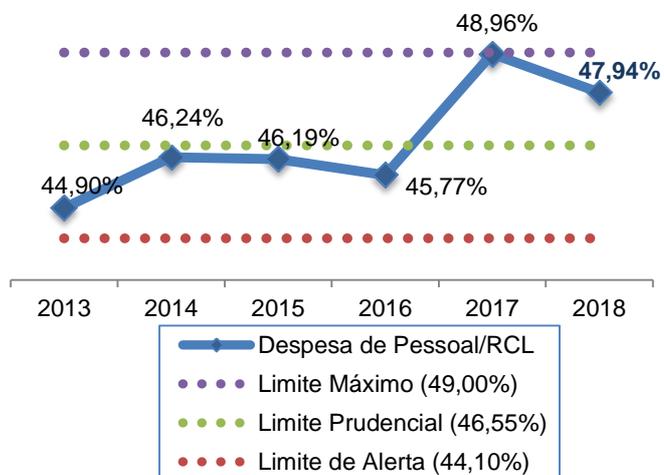
No 3º trimestre de 2018, a RCL cresceu 7,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior.



Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de Despesa Total com Pessoal (DTP) estabelecido pela LRF é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O Poder Executivo estadual experimentou, no 3º trimestre de 2018, leve queda na sua relação DTP/RCL, permanecendo, ainda, acima do limite prudencial.

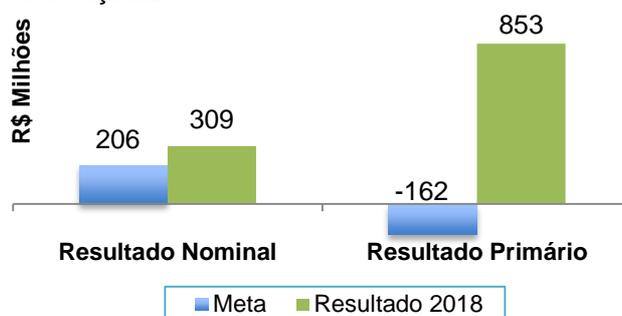


Resultado Nominal e Primário

O resultado nominal representa a variação da dívida fiscal líquida num determinado período. Um resultado nominal positivo, a exemplo do observado em 2018, indica elevação da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um déficit nominal.

Já o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto os juros e amortizações da dívida). Superávits primários, como o ocorrido em 2018, contribuem para diminuir o estoque total da dívida fiscal líquida.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2018, verifica-se que o Poder Executivo teve dificuldade em cumprir o planejado para a expansão da dívida, na forma do déficit nominal superior à meta. Por outro lado conseguiu um superávit primário bastante superior à meta traçada.

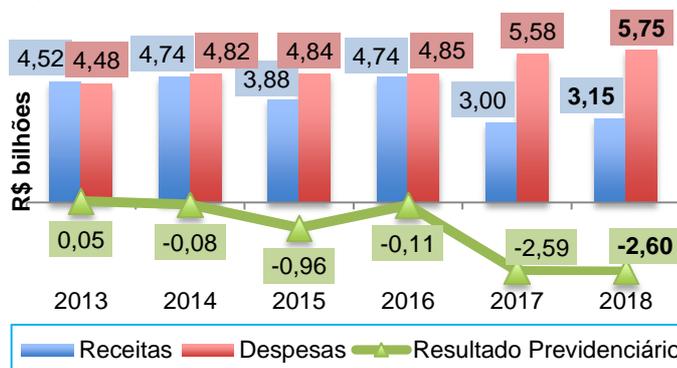


Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

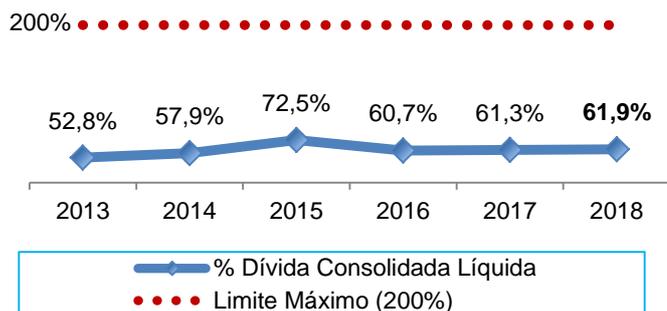
No exercício de 2018, verificou-se uma manutenção dos valores registrados em 2017, com um pequeno acréscimo no déficit previdenciário.



Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada Estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2018 foi equivalente a 61,9%, segundo maior percentual da série histórica, porém ainda bem abaixo do limite superior.

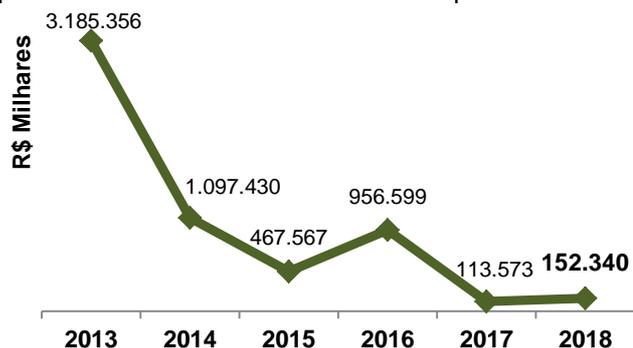


Disponibilidade de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Em 2018, a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo recuperou-se em relação a 2017, com uma evolução de 34,1%, mas ainda se encontra em patamar bastante inferior a exercícios passados.

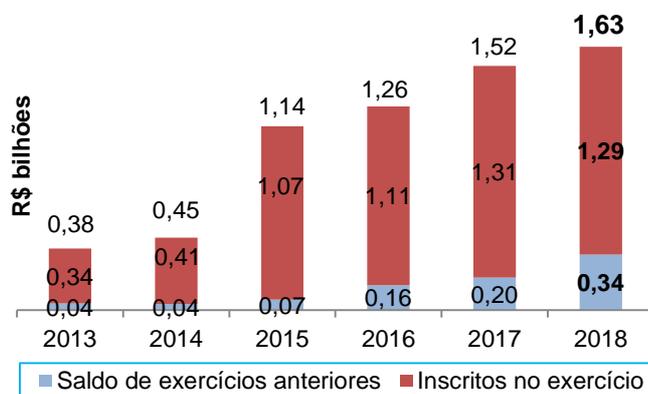


Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano.

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2018 era equivalente a R\$ 1,63 bilhão, dos quais 20% advinham de exercícios anteriores e 80% foram inscritos ao final do próprio ano de 2018.

Observa-se que o exercício de 2018 apresenta o maior volume de Restos a Pagar registrados ao final do exercício em toda a série.



Despesas por Função

É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função.

Verifica-se que, dentre as principais áreas de atuação do Estado, a Segurança Pública obteve crescimento real em todos os períodos, exceto em 2015. As áreas de Educação e Saúde, por outro lado, apresentaram pequenas oscilações, sendo que entre 2017 e 2018 houve redução de gastos.

